

## **AUTORITARISMO E DEMOCRATIZAÇÃO: O CONTEXTO DA SOCIEDADE CIVIL PAULISTANA.**

Gabriel Henrique B. de Antonio, Márcia Teixeira de Souza, Maria Raquel da Cruz Duran, Mirella Guidotti, Tatiana de Lourdes Massaro. – Ciências Sociais – Departamento de Antropologia, Política e Filosofia – Campus de Araraquara.

A pesquisa aqui elucidada, que faz parte de um projeto maior elaborado pelos alunos do grupo PET<sup>1</sup> – Ciências Sociais de Araraquara pauta-se, nesse momento, na atualização de dados teórico-quantitativos contidos no livro “São Paulo 1975: Crescimento e Pobreza”<sup>2</sup>, com o intuito de observar criticamente o momento político-histórico por que passou a cidade de São Paulo há trinta anos atrás, pensando no condicionamento desse contexto pregresso como mote revelador de crises nos sistemas social, político, habitacional, empregatício e econômico da capital paulista que reverberam nos dias atuais, num contexto diferenciado pela construção/consolidação da democracia e pelo fortalecimento da sociedade civil.

Para que fosse possível, entretanto, chegarmos a esse objeto de pesquisa, uma série de estudos anteriores sobre violência foram sistematicamente discutidos e reconfigurados, aproveitando as discussões já consagradas de nomes como Antonio Candido, Roberto Schwarz, Roberto da Matta e Alba Zaluar, sob a égide da literatura marginal produzida nos dias atuais a respeito da violência urbana, encontrada de forma comumente no cenário urbano das cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo nas palavras de “Ferréz” (Reginaldo Ferreira da Silva), Paulo Lins, “MV Bill”, entre outros autores/atores que são interlocutores diretos dos focos massivos de violência e desigualdade social dessas metrópoles, trabalhando como porta-vozes dessa realidade hodierna e servindo como base referencial de estudos acadêmicos que possam capturar, a partir de um olhar sociológico, o olhar presencial e engajado dessas pessoas que vivenciam e presentificam a realidade de seu lócus na literatura por/para eles produzida.

Tendo como referencial, portanto, todo um cadinho de estudos sociais que referendam nosso projeto atual de estudos sobre a metrópole paulistana e partindo do pressuposto da necessidade de atualização dos dados teórico-quantitativos do livro-base (supra-referido) desta pesquisa, foi elaborada uma estratégia metodológica que vise a ampliar as discussões acerca do mesmo livro, dividindo seus seis capítulos em seis matrizes diferenciadas de análise. Essa pesquisa, portanto, vale-se do último capítulo do livro, intitulado “Autoritarismo e democratização: o contexto da sociedade civil”, e nos remete a pensar o momento de enfraquecimento dos poderes político e crítico do cidadão paulistano ante uma articulação profundamente repressiva entre as forças do Estado tecnocrático militar e a “mediatização” da sociedade através do robustecimento dos meios de comunicação de massa, que criaram, sob a forma de um otimismo cimentado na resignação, uma série de expectativas que faziam com que a ideologia da propaganda do consumo se prefigurasse como o valor máximo da realização cotidiana.

Para se ter uma idéia, na década de 1970, “a cada noite, sete milhões de paulistanos da Grande São Paulo passam [passavam] quase três horas diante de seus televisores (...). Quase 95% dos domicílios da Grande São Paulo dispõem [dispunham] de televisão. No Brasil são [eram] 50%”<sup>3</sup>. Essa alta demanda por equipamentos televisivos, combinada com a elevada média de tempo diário de uso da televisão por um grande contingente de paulistanos enseja a pensar que, camuflando lascivamente os efeitos nocivos causados pela privação de direitos políticos e sociais advindos da ditadura militar, estava a mídia como o último avatar da prosperidade, último degrau de esperança que fomentava a idéia de uma sociedade da abundância nas expectativas produzidas pelo desejo do consumo, reforçado pela suposta idéia de “milagre econômico” que conduziu a ideologia do governo militar durante a década de 1970.

Para fortalecer ainda mais essa noção discrepante de abundância, São Paulo estava, dentro dos indicadores econômicos, muito à frente em relação aos demais estados da federação, com elevados

---

<sup>1</sup> Programa de Educação Tutorial.

<sup>2</sup> CARDOSO, Fernando Henrique *et alli*. São Paulo 1975: Crescimento e Pobreza. São Paulo: Edições Loiola, 1976.

<sup>3</sup> “O Estado de São Paulo”, 14 de março de 1976, *apud* “São Paulo 1975: Crescimento e Pobreza”, p. 147.

PIB e taxa de acumulação, além de generosos níveis de consumo, de indústrias e de urbanização. Era um estado que havia aprofundado o processo de formação/acumulação capitalista e que, por conta desse mesmo processo, continha em si mesmo, de maneira mais elevada, as próprias contradições inerentes a esse aprofundamento, dirimidas simbolicamente (ou poderia se dizer que reforçadas simbolicamente?) pelo fetichismo da mercadoria que, ao criar uma “cultura da ilusão”<sup>4</sup>, dá as condições necessárias para a legitimação da limitação coercitiva das formas de organização e expressão sociais das classes populares pelas classes dominantes.

Não admitindo, de chofre, a eficácia da técnica e da manipulação simbólico-repressiva no caso de São Paulo, o livro se propõe o seguinte desafio: “(...) a questão que se coloca é a de saber como é possível que desponham as aspirações e os interesses daqueles que, sendo deserdados, vivem sob o bombardeio de um estilo de vida e de um condicionamento econômico que procura leva-los à apatia e à incapacidade de mobilização”<sup>5</sup>. O desafio, instigante e perspicaz, mostra que, mesmo nas condições mais desfavoráveis de organização social, o comportamento das classes populares denota, a partir de suas atitudes, sempre uma renovada forma de resistência às imposições político-ideológicas. Assim, o mimetismo do padrão imposto sugere antes uma defesa que uma simples acomodação ao estabelecido.

Percebe-se, assim, que os movimentos sociais – sociedades de amigos do bairro, paróquias, sindicatos, partidos políticos – ainda que não constituíssem órgãos legais de reivindicação, foram capazes de propor uma palavra de mudança, um momento preliminar de organização, sem pôr em risco as integridades física e dos interesses dos grupos manifestantes, o que permitiu reações contra a própria tirania do Estado. Esse momento preliminar mostra as imposições históricas que são dadas para que a manifestação pública dos interesses coletivos seja manifestada, pois que à restrição coativa do Estado opõe-se uma reivindicação moderada que muitos chamariam, equivocadamente, de oportunista, paternalista.

A finalização do capítulo do livro propõe aquilo a que nós procuramos problematizar nos dias atuais, ou seja, a democracia como meio pleno de manifestação das camadas populares sem o medo da repressão. É sabido que só uma sociedade democrática de fato dá as condições necessárias para a mobilização e formação daquilo que Gramsci uma vez denominou como sociedade civil, em que o embate de interesses seja realizado sem a interferência parcial do Estado em detrimento de outrem, por meio de organizações de classe e/ou outros gêneros capazes de dar voz plural à sociedade, manifestando-se sem o suporte limitador/repressor do Estado. Todavia nossa sociedade atual encontra-se fortemente cerceada por forças repressivas múltiplas, complexificadas, cujos matizes podem ser facilmente encontrados dentro da própria deficiência do Estado enquanto organismo capaz de educar e envolver a comunidade em um projeto de participação política efetivo, um Estado que, por mais democrático que seja na letra, não permite, na prática, uma integralização de projetos que permitam dar ao cidadão a capacidade de atuar no campo político, situando-se enquanto sujeito ativo na sociedade política.

Assim, nossa sociedade democrática, fragilizada pela desmobilização crítica de seus cidadãos, torna-se igualmente alvo fácil da publicidade desmesurada, da violência do crime que ocupa espaços públicos de poder – caso das facções criminosas Comando Vermelho (CV) e Primeiro Comando da Capital (PCC) – e de toda uma sorte de disputas políticas que culminam na deterioração do espaço público enquanto espaço de ação afirmativa do sujeito, tornando os Poderes Públicos débeis, lentos e corruptíveis. Nossa intenção, com base na constatação de uma realidade ainda longe da desejável, é articular metodologicamente dados empíricos – ainda em fase de seleção/recolhimento – relativos a números estatísticos, com o contexto paradigmático da cidade de São Paulo de trinta anos atrás que definam, nos moldes do quadro político-sociológico engendrado pela sociedade democrática atual, a conjuntura que explicita, nos termos de Lúcio Kowarick<sup>6</sup>, a lógica da desordem atual, o mecanismo de ação dos fatores destrutivos da organização social trabalhados no capítulo sexto do livro-base desta pesquisa e suas remodelações atuais, suas “novas caras” no interior de uma sociedade ainda proto-democrática como a nossa.

---

<sup>4</sup> “São Paulo 1975(...)”, p. 147.

<sup>5</sup> Idem, p. 148.

<sup>6</sup> Idem, cap. II.

## Referências Bibliográficas

- CANDIDO, Antonio. Dialética da malandragem. In: \_\_\_\_\_. **O discurso e a cidade**. São Paulo: Duas Cidades, 1993.
- SCHWARZ, Roberto. Pressupostos, salvo engano, de “Dialética da Malandragem”. In: \_\_\_\_\_. **Que horas são?** São Paulo: Cia. das Letras, 1987.
- DA MATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- LINS, Paulo. **Cidade de Deus**. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.
- DA SILVA, Reginaldo F. **Manual Prático do Ódio**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2003.
- \_\_\_\_\_. **Capão Pecado**. São Paulo: Labortexto Editorial, 2000.
- ATHAYDE, Celso; “MV Bill”; SOARES, Luiz Eduardo. **Cabeça de Porco**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.
- ZALUAR, Alba. **A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- CARDOSO, Fernando Henrique *et alli*. **São Paulo 1975: Crescimento e Pobreza**. São Paulo: Edições Loiola, 1976.

**Bolsa:** PET Ciências Sociais de Araraquara.